

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAE
FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE EDUCADORES INDÍGENAS – FIEI



SEKUAI BRAZ DA CONCEIÇÃO

**A História da Construção da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó:
Estratégias para nossa permanência**

Belo Horizonte - MG
2021

SEKUAI BRAZ DA CONCEIÇÃO

**A História da Construção da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó:
Estratégia para nossa permanência**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção ao Título de Licenciada em Formação Intercultural para Educadores Indígenas, habilitação Ciências Sociais e Humanidades.

Professor Orientador: Pedro Rocha

Belo Horizonte - MG
2021

Dedicatória

Dedico esse trabalho a toda a minha família, a minha aldeia em especial as minhas lideranças Cacique Baiara e o vice Cacique Clemes que sempre nos ensina o caminho certo a percorrer. Mesmo com todas as dificuldades de processo de demarcação de territórios têm nos incentivado a estudar para buscar nossos direitos.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Niamissun (Deus).

Agradeço as minhas filhas Thayná e Ektxiamani, meu esposo Roberto que sempre me incentivaram a prosseguir nos estudos.

Agradeço a minha mãe por me substituir no lugar de mãe no momento da minha ausência, por cuidar das minhas pequenas.

A minha irmã Kaipunã por sempre ajudar a cuidar também das minhas filhas.

Agradeço as minhas lideranças Cacique José Terêncio Braz (Baiara) e o vice Cacique Clemes Braz da Conceição por sempre me incentivar a estudar.

Agradeço aos meus professores por sempre ter nos recebido com toda paciência.

Aos meus coordenadores sempre disponíveis pela nossa causa.

E a Universidade por ter nos recebido tão bem e nos proporcionar o conhecimento e a formação.

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo registrar a história do processo de construção da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó. Que fica situada no município de Açucena no estado de Minas Gerais, e mostrar como foi essa construção, as dificuldades que enfrentamos e como estamos nesse período de 11 anos. Nesse trabalho têm o relato da minha liderança com suas experiências vividas e seus conselhos de construir uma aldeia e os cuidados para uma aldeia não desandar. Trago o nosso meio de sobrevivência, como se encontra o processo territorial, as nossas festividades e práticas culturais que desenvolvemos e o trabalho de preservação da natureza.

Palavras chave: História, construção e demarcação.

Sumário

Introdução	6
Pataxós	7
Estrutura do trabalho.....	8
Capítulo 1 - Motivos que nos levaram à procura de um outro ambiente	10
Capítulo 2 – Fogo de 51	12
Capítulo 3 - Construção da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó em Açuçena.....	15
Um pouco sobre a trajetória da nossa liderança.....	20
Capítulo 4 – Atividades desenvolvidas na Aldeia Gerú Tucunã	26
Ritual Awê Heruê	26
Sustentabilidade	26
Problemas encontrados da comunidade indígena da aldeia Gerú Tucunã	27
Parque Rio Correntes	29
O que temos fortalecido na Aldeia Gerú Tucunã	31
Conclusão.....	34
Anexo 1: documentos e reportagens.....	35
Anexo 2: Imagens de Gerú Tucunã	43

Introdução

Meu nome é Sekuai Braz da Conceição, tenho 36 anos, moro na Aldeia Gerú Tucunã Pataxó no Parque Rio Correntes, no município de Açucena há 9 anos. Tenho duas filhas, uma de 9 anos e a outra de 4 anos.

Nasci na cidade de Ferros e cresci na Reserva Guarani, no município de Carmésia, onde passei toda a minha infância.

Guardo em minha memória lembranças que carregarei por toda a minha vida, como as grandes dificuldades financeiras, o primeiro dia de aula, as brincadeiras que brincava com meus cinco irmãos. A parte da infância foi uma das melhores mesmo sendo pobre, era uma vida sem preocupações. Infelizmente não estudei em uma escola indígena, porque naquela época não tinha escola na minha aldeia, era em Carmésia a cidade mais próxima. Portanto os meus conhecimentos que obtive em relação a cultura foi através dos meses pais, avós, tios, entre outros. E quando íamos para os rituais e nos momentos de plantio e colheitas.

Aos 18 anos terminei o ensino médio. Nessa mesma época fiz o Enem e prestei vestibular no curso em Administração para a Universidade Vale do Rio Doce. Conseguí passar. Portanto comecei a estudar no início de 2005. Os meus colegas de faculdade a maioria filhos(as) de rico, a maioria empresário. E eu apenas filha de indígena, pobre, sem dinheiro, bolsista, mas disposta a enfrentar vários obstáculos e mostrar que também era capaz de vencer a luta.

Queria ver a cara dos meus colegas quando os professores me perguntavam se eu e o meu colega Krenak era indígena. Mas encontrei colegas que também me ajudaram, principalmente aqueles que tinham um histórico. Mas uma de todas que carregarei e sempre serei grata será a minha mãe, mulher guerreira que sempre têm me incentivado a estudar. Naquela época era difícil transporte e andava 7 quilômetros para participar de reuniões para saber do nosso desempenho.

Foi difícil, sair de casa pela primeira vez. Fui morar em Governador Valadares, um lugar totalmente diferente de onde eu morava antes. A reserva Guarani é mais fria um clima mais tranquilo. Governador Valadares um lugar quente que tínhamos dificuldade até para dormir.

Enfrentei muitas dificuldades, um ambiente totalmente diferente. Nunca tinha morado fora de casa, sem a família. Mas encontrei pessoas de famílias batalhadoras que me incentivaram. Eles me diziam que eu conseguia, e se eu precisasse de ajuda era só falar com eles. Lembro até

hoje quando uma colega me perguntou quanto que eu tinha tirado nas provas, e todas as notas estava acima das dela, e ela me dizia sério? Eu nem respondia.

Depois de dois anos, consegui um estágio renumerado em Publicidade e Propaganda, que têm me ajudado muito. Recebi uma proposta de trabalho para Espírito Santo, mas não pude que teria que transferir a faculdade, mas como era bolsista era mais difícil.

No final de 2008 me formei, coloquei alguns currículos, mas não consegui. Voltei para a aldeia. Depois comecei a trabalhar na escola e não procurei mais na área administrativa. Quando foi em 2008 mudamos para Açucena, outra aprendizagem em relação a território, uma experiência que será inesquecível para toda minha vida.

Em 2016 resolvi fazer a prova do FIEI, só para ver como era a prova, pois eu queria mesmo era fazer Letras, Artes e Línguas (LAL).

Mas quando saiu o resultado, passei e não tinha mais jeito e acabei cursando. Mas Ciências sociais e humanidade têm me ensinado muita coisa, não me arrependi. Quem sabe futuramente optarei por antropologia.

No início foi difícil, deixei a minha família. Principalmente a minha pequena Thayná que estava com apenas 8 meses de idade. Sou muita grata a minha mãe que têm me ajudado muito cuidando de minhas filhas no meu lugar.

Por outro lado, vivi uma outra experiência no curso FIEI, aqui aprendi muitas coisas, principalmente a valorização do meu povo.

Pataxós

Os Pataxós vivem em diversas aldeias no extremo sul da Bahia e no Norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767. Em contato com os não índios desde o século XVI e muitas vezes obrigados a esconder seus costumes, os Pataxós hoje se esforçam para avivar sua língua Patxoha e rituais dos antigos como o Awê. Os dados do SIASI registram, para 2010, 11.436 habitantes (sendo 5.839 homens e 5.597 mulheres) distribuídos pelas aldeias Barra Velha, Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Imbiriba, localizada em Porto Seguro; Pé do Monte, trevo do Parque, Guaxuma, Corumbauzinho e Aldeia Nova, estabelecidas em Itamaraju; Coroa Vermelha e Mata Medonha,

em Santa Cruz de Cabrália; Águas Belas, Craveiro, Tauá, Tiba, Córrego de Ouro, Cahy e Alegria Nova no Prado, totalizando 19 aldeias¹.

Nos estados de Minas Gerais os Pataxós de acordo com o SIASI soma-se 349 (178 homens e 171 mulheres e estão distribuídos na Terra Indígena Fazenda em 7 comunidades, das quais quatro (Sede, Imbiruçu, Retirinho e Alto das Posses) estão localizadas na Terra Indígena Fazenda Guarani, no município de Carmésia; Muã Mimatzí, em imóvel cedido a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo serviço de Patrimônio da União, no município de Itapecerica; Aldeia Gerú Tucunã em Açucena; Naô Xohã em São João de Bicas, em Brumadinho; Jundiba/Cinta Vermelha também habitada pelos Pankararus, no município de Araçuaí; a Aldeia Mirueira em Candonga no município de Guanhães; os Pataxós Hâ-Hâ-Hâe no Município de Esmeralda.

As comunidades de Minas Gerais se formaram a partir do “Fogo de 51” e da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (IPNMP), assim como, posteriormente, do “reconhecimento” dos Pataxós pela FUNAI, em 1971, o que os teria atraído para este estado, onde já havia uma representação do órgão que poderia lhes prestar assistência (informações cedidas por José Augusto Laranjeiras Sampaio). Em julho de 2010, grupos Pataxós da TI Fazenda Guarani ocuparam áreas de duas unidades de conservação: o Parque Estadual Rio Corrente, no município de Açucena, e o Parque Estadual Serra da Candonga, no município de Guanhães.

Outra retomada aconteceu em 2016 de Pataxós e Pataxós Hahahãe em Paraty em (RJ) construindo a aldeia Iriri Pataxí Uí Tanara (Nossa aldeia é a natureza) no sertão do Iriri (RJ), isso como o povo Pataxó vem aumentando em diferentes regiões e estado.

Segundo líderes indígenas, o pleito pela criação de novas terras indígenas visa amenizar as situações de insuficiência territorial e escassez de recursos naturais às quais as populações indígenas estão submetidas.

Estrutura do trabalho

O objetivo deste trabalho é registrar como foi o processo de construção da minha aldeia. Uma das coisas que têm feito muita diferença são as organizações. Quando temos que tomar determinadas decisões, são feitas as reuniões e os assuntos são colocados em pauta. Todos têm o direito de fala e cada um coloca sua opinião.

¹Informações retiradas do site do Instituto Socioambiental.<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>

Quando entramos na aldeia ninguém tinha casa, água encanada, energia e nem um tipo de plantação que nos fornecesse alimentação. Foi a partir dessas organizações e mutirões que começamos o processo de construção das nossas casas de pau-a-pique e nossos quintais; pois assim era mais rápido e cada um teria suas coisas e seu espaço.

Outro ponto é registrar nos papéis e em nossas memórias e para que o aprendizado e a experiência da luta do território não sejam esquecidos.

Tratar de questões de retomadas não é tão fácil, porque se as pessoas de frente não liderarem e direcionarem com garra e pé firme, o grupo pode fracassar e pôr tudo a perder. Tem que ter sabedoria, fé em Niamissun, paciência e disposição, para não perder essa estrutura.

Sabemos que não existem aldeias perfeitas, que cada uma tem seus problemas. Temos que estarmos atentos para lidar e tentar solucionar os problemas.

Infelizmente o governo têm dificultado as demarcações e ampliações de territórios, e criamos uma esperança quando ocupamos, para tentar agilizar o processo.

Geralmente já pegamos tudo pronto, e por isso não sabemos dar valor aos esforços de quem realmente lutou para conseguir. É só vivendo para ver o tamanho da nossa contribuição e quantas dificuldades vamos encontrar.

Durante esses 10 anos, de existência da minha aldeia têm sido resgatados por toda comunidade (crianças, jovens, adultos e idosos) muitas riquezas na cultura, no espaço de convívio, no meio sustentável, nas plantas medicinais e no meio da preservação da natureza.

Sendo assim, neste trabalho meu objetivo foi registrar o processo de construção e as estratégias desenvolvidas para a formação e permanência da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó, no município de Açuena, em Minas Gerais. Para fazer isso, realizei entrevistas com a minha liderança Baiara, realizei observações. e também busquei recontar minhas próprias memórias. Também busquei descrever um pouco das nossas festividades que temos na aldeia.

Capítulo 1 - Motivos que nos levaram à procura de um outro ambiente

No capítulo 1 citarei os motivos que nos levaram à procura de outro ambiente, sendo que o principal deles era que havia só pequenas faixas de terra disponíveis para a agricultura na Reserva Guarani em Carmésia.

Na década de 1970, meus familiares deslocaram para a Terra Indígena Guarani vindos da Bahia, onde viveram por todas as suas vidas. A Reserva indígena Guarani é composta por uma área de 3269 hectares, com perímetro de 24.495,98 metros, e está localizada no município de Carmésia. Segundo os dados da FUNAI, a mesma foi doada em 1972 à FUNAI, mas somente em 1988 é que a terra foi homologada e demarcada². Após a regularização, outras famílias vieram da Bahia, formando, com o passar do tempo, quatro aldeias: Sede, Alto das Posses, Retirinho e Imbiruçu. Na época a Terra Indígena tinha ao todo uma população de 300 indígenas.

Como as famílias foram crescendo e outras chegando, a Reserva Guarani começou a apresentar um quadro de bastante dificuldade, com pequenas faixas de terra disponíveis para a agricultura, incêndios interferindo na fauna e na flora da região, entre outros problemas. Além disso, também era um grande sonho das lideranças morar em um lugar próximo de um rio, e entre famílias. Em função dessas dificuldades, algumas famílias resolveram procurar um outro lugar e formar uma nova aldeia.

Assim foi fundada a Aldeia Gerú Tucunã Pataxó, que significa “papagaio na palha do tucum”. De acordo com a liderança Baiara, o nome Gerú era o nome indígena de seu pai, Paulo, e “Tucunã” foi pelo fato do ambiente ser composto do coqueiro chamado Tucunã. O nome da aldeia é algo de muita importância para esse povo, esse nome foi escolhido e colocado através de um sonho assim respeitado e mantido.

A minha aldeia hoje é construída de modo que a cabana fica no ponto central da aldeia, onde acontece todos os momentos importantes da comunidade. Há também um campo de futebol, que é de terra e fica do lado da cabana, e ao redor da aldeia têm nossas plantações e as casas. A escola, o posto de saúde e nossa horta medicinal ficam na entrada da aldeia. E agora conseguimos o projeto de um viveiro, só falta construir para trabalharmos.

Portanto aos poucos vamos nos ajeitando e colocando as coisas no lugar. O espaço da aldeia é tranquilo, só se ouve os cantos dos pássaros, o barulho do vento e os gritos das crianças.

² É fato conhecido que a Reserva Guarani funcionou, antes disso, como uma prisão para indígenas na época da ditadura. Mais informações podem ser encontradas em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/128470>

Quando cito a questão do rio, é porque ele tem uma grande importância para nós. Além de nos servir o peixe para o nosso alimento é lá que fazemos o nosso ritual das águas que é comemorado no dia 5 de outubro. Aos finais de semana reunimos mulheres e crianças e vamos tomar banho por diversão e de certa forma por acreditarmos que as águas levam tudo aquilo que não faz bem ao nosso corpo. Portanto, temos que tomar banho em águas correntes, para renovar nosso espírito e deixar nossa alma mais leve. Nossas crianças ficam com uma alegria imensa quando vamos para o rio, lá elas pulam, brincam e aprendem a nadar. E os adultos colocam as conversas em dia e se divertem.

Os homens levantam bem cedo, se reúnem e vão pescar, e só chegam de tarde, com suas capangas com peixes pequenos. Infelizmente, os peixes grandes como os piau, eles desapareceram quando ocorreu o desastre da barragem de Mariana, por nosso rio ser afluente do rio Doce. Agora que eles estão começando a aparecerem novamente. Isso têm prejudicado bastante, pois, no início eles pegavam muitos, e dividiam na comunidade. O peixe é um dos alimentos típicos do povo Pataxó, e não pode faltar.

Portanto o nosso território está bastante encaminhado, ainda não temos ela realmente demarcada, mas sentimos espiritualmente que fizemos a escolha certa. Mesmo saindo de um lugar que era demarcado, tinha água encanada e energia, não nos arrependemos de recomeçar.

O recomeço é a forma de colocar as coisas no lugar, de repensar onde que erramos em alguns pontos e tentarmos consertar. É desafiador, sabendo que pode dar certo ou errado, mas é tentar. Tentar alcançar a realização dos nossos sonhos.

Capítulo 2 – Fogo de 51

Nesse capítulo falarei um pouco do relato do fogo de 51 a partir da leitura do trabalho de conclusão de curso do aluno Leandro Braz dos Santos, da turma CSH do FIEI, intitulado “História do ponto de vista Pataxó: território e violações de direitos indígenas no extremo sul da Bahia”³ que contextualiza as informações de sua infância sobre o fogo de 51. Sua mãe contava histórias que sua mãe e seus avós um dia contaram para ela. Seus avós sempre puxavam assunto do fato ocorrido.

A história do fogo de 51, quando é contada pelos parentes que vivenciaram esse acontecimento, apresenta várias versões. De acordo com Leandro, todas elas estão corretas, porque cada pessoa e família vivenciaram esse fato de diferentes maneiras.

Ele conta que após seu avô, Honório, voltar de sua segunda viagem ao Rio de Janeiro, avisou a comunidade que em três meses chegariam os agentes do SPI⁴ para demarcar as terras para seu povo. No dia 9 de maio de 1951 chegaram na aldeia esses dois indivíduos se dizendo engenheiros, na data exata, conforme eles tinham marcado com o Capitão Honório em Niterói. Seu avô, José Sales, contou no seminário “Olhar Pataxó sobre o fogo de 51”, que, quando eles chegaram, eles pediram para reunir a comunidade. Nessa reunião, as pessoas acreditaram neles, e as pessoas que não concordaram com a proposta foram obrigados a aceitar.

Pediram para o pessoal da aldeia matar os gados, porque para fazer a medição da terra os indivíduos disseram que precisariam de dinheiro e mantimentos. Assim perguntaram qual era o maior comércio que tinha próximo da aldeia, e o pessoal disse que no Corumbau morava um senhor chamado Teodomiro, que possuía um comércio. Os dois indivíduos falaram para o povo Pataxó que daquele momento em diante o comércio do Teodomiro era deles, porque tudo daquela região seria do seu povo quando eles terminassem de fazer a medição.

Nesse período tinha um índio em Barra Velha que trabalhava para Teodomiro, então, quando ele soube dessa conversa de que os indivíduos tinham convencido o pessoal a ir até Corumbau, foi avisar que eles vinham. Chegando na mercearia, o pessoal já foi recebido a tiro, dado por Teodomiro, que acertou a perna de um índio chamado Teotônio.

Então Teodomiro abandonou sua mercearia e correu, mas o pessoal conseguiu capturar ele, e saquearam principalmente os tecidos, cobertores, ferramentas como facões, facas, foices e enxadas, e também pratos, colheres, copos; que eram os itens que as pessoas mais

³ SANTOS, Leandro Braz dos. História do ponto de vista Pataxó: território e violações de direitos indígenas no extremo sul da Bahia. 2017. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.

⁴ Sigla do Serviço de Proteção ao Índio, órgão da ditadura militar que antecedeu a FUNAI.

necessitavam naquele período. Os dois indivíduos arrombaram o cofre da mercearia e pegaram todo o dinheiro. Feita esta ação, todos voltaram, levando Teodomiro amarrado para ser executado na aldeia. Mas tiveram dois parentes que soltaram o Teodomiro, e o mandaram correr e fugir.

Todos os produtos do saque foram colocados dentro da igreja, para dividir com a comunidade. Depois desse saque à mercearia de Teodomiro, os dois ditos engenheiros ainda convenceram o pessoal a cortar a linha do telégrafo que passava pela aldeia. Essa ação é considerada pelos mais velhos o motivo maior pela ação truculenta e devastadora da polícia na aldeia.

Ele relata que na madrugada do dia 11 de maio de 1951, que começa massacre de seu povo, todos foram pegos de surpresa dentro da aldeia. Muitos ainda não sabem ainda hoje ao certo qual era o objetivo principal da polícia, se buscavam averiguar os fatos que foram informados, ou se o objetivo era exterminar realmente nosso povo.

Muitos anciãos falam que houve um engano da polícia, e por esse fato aconteceu um tiroteio imenso dentro da aldeia. Eles falam que as polícias de caravela pensavam que era o povo que estavam atirando neles, e da mesma maneira os policiais de Ilhéus, e essa era a justificativa para esse tiroteio dentro da aldeia, algo que não dá para acreditar. Após esse intenso tiroteio os policiais entraram na aldeia e perceberam que a maioria do povo tinha fugido, e que restaram dentro da aldeia apenas os idosos e algumas crianças que não aguentaram correr, e desse modo começaram a perseguição daqueles que fugiram para a floresta.

Nosso povo foi perseguido e caçado como animal dentro da floresta, e aquelas pessoas que os policiais capturavam prendiam, eles amarravam e levavam para Caraíva ou para Prado. Os policiais ainda obrigaram alguns parentes a ajudar eles a capturar os demais, porque eles não conheciam a mata.

Em meio a perseguição, os policiais conseguiram prender o capitão Honório com ajuda de três índios Pataxó, que ajudaram os policiais por espontânea vontade a caçar os demais, pois estavam com raiva de Honório e de sua família, culpando-os pelo que estava acontecendo.

Depois de muito sofrimento passado desde o início do massacre, no dia 11, e com a prisão da maioria das pessoas em Caraíva, o Major Asênio Alves resolveu soltar o povo. Com a libertação do nosso povo, ninguém voltou para Barra Velha, cada família seguiu um destino diferente, até mesmo porque o Vinturino, filho de Paulo Cruz, tinha incendiado toda a aldeia. As casas foram queimadas e as pequenas roças e as criações de galinhas e porcos foram saqueadas por alguns moradores de Caraíva. E o medo tomou conta da mente e corações do nosso povo. E assim essas histórias também vividas pelos meus avós, tios e pais, são repassadas

para nós. É a história que explica o porquê de estarmos dentro de um Parque, e a luta pela demarcação.

Capítulo 3 - Construção da Aldeia Gerú Tucunã Pataxó em Açuçena

Nesse capítulo falarei sobre a construção da aldeia Gerú Tucunã: falarei um pouco sobre a aldeia, quantidade de pessoas, de família, os pontos de chegada para a aldeia, sobre a escolha do cemitério, sobre a nossa agricultura e mutirão, e também em como que se encontra o processo de demarcação do território.

A aldeia Gerú Tucunã fica no Parque Rio Correntes no município de Açuçena, Distrito de Felicina. A aldeia, que existe há 10 anos, tem 17 famílias, com um total de 60 indígenas. Há 17 casas, uma escola, um ponto de apoio para atendimento da saúde, uma cozinha comunitária, uma cabana onde fazemos nossos rituais e reuniões, uma farinheira de pau-a-pique, uma horta medicinal e a nossa casinha do segredo, onde fazemos nossos momentos de oração. O cacique da aldeia é José Terêncio Braz, mais conhecido como Baiara, e o vice cacique é Clemes Braz da Conceição.

Atualmente a aldeia tem 17 casas. As famílias são constituídas a partir do cacique Baiara e Sapucaia (Nilson Braz), pelos irmãos e primos de ambos, junto com seus respectivos descendentes (filhos e os netos/as). Os Chefe de família são: João Braz da Conceição, Clemes Braz da Conceição, Sinaré Braz da Ressurreição, Roberto Braz dos Santos, Gilberto Braz da Conceição, Nilson Braz da Conceição, José Terêncio Braz, Ério Braz Marcelino Santos, Dimas Braz da Conceição, Rurisane Braz Salvador, Luciane Braz da Conceição, Eric Braz dos Santos, Camoni Braz de Jesus, Rurinan Braz da Conceição, José Braz da Conceição, Maria José Barbosa Braz dos Santos, Benedita Braz da Conceição.

Para chegar até a aldeia temos vários percursos. Um é pela cidade de Naque, pela chamada estrada Quatorze. Também existe outra, que passa por Serraria. Outra entra à direita do Posto Falcão, passando pelo Acampamento Vida e Esperança. Outra, finalmente, passa por Periquito e pelo Horto Vinhático. O trajeto do Vinhático é o mais engraçado, porque tem que vir de ônibus ou carro até o Vinhático, e depois vir de moto, e tem que passar por uma ponte de madeira bastante amedrontada.

Viemos da Reserva Guarani, aldeia sede, no município de Carmésia, em busca de vivermos entre famílias, de ter um território próximo de um rio e uma terra fértil para a agricultura, que era um dos sonhos da liderança Baiara. Na Terra Indígena Guarani, vivíamos com outros grupos que não são da mesma família, o rio passa fora da Terra Indígena Guarani e o território não ajudava na agricultura, no plantio de mandioca e coco. A mandioca é fundamental na produção de farinha, que não pode faltar em nossa culinária, e o coco para fazer beijus.

Segundo Baiara:

Moramos na reserva Guarani durante uns 30 anos. Eu falo que não vivi lá o que eu vivi aqui durante esses nove anos, sabe porque digo isso? Aqui a minha trajetória de vida na aldeia Gerú Tucunã é de raiz, uma vida onde o meu lado espiritual foi desenvolvido e fortalecido. Fico tão feliz quando olho pra minha aldeia e vejo como tenho a riqueza de plantações que a sustenta. Vivi todo este tempo na Reserva Guarani, mas não tinha essa riqueza de plantação. Cito o exemplo da mandioca, que lá demorava anos para produzir, e que aqui, em seis meses, já colhemos e produzimos a nossa farinha, comemos o nosso beiju e tomamos o nosso Kauim. Não vim por acaso. Durante as visitas que fizemos antes de virmos para aqui, foi algo emocionante, um sentimento profundo que não têm explicação, é como se eu tivesse vivido aqui há muitos anos.

Em 2008, começamos o processo de procura por outro território. A liderança Baiara tinha um grande conhecimento no Estado, e conhecia pessoas que sabiam de seu interesse e que nos informavam de terras devolutas, e fazíamos as visitas. Fomos em três locais, e nenhum nos agradou.

Em 2009 recebemos uma proposta da coordenadora do IEF (Instituto Estadual de Florestas) para conhecer uma área no Parque Rio Correntes, local que tinha perdido totalmente a característica de Parque, pois estava degradada e tinha acabado de ocorrer uma reintegração de posse. Nos informaram que seríamos as pessoas certas para recuperarmos a área. Ela solicitou o gerente do Parque que nos levasse para uma visita, e assim fizemos. Visitamos umas três vezes. Na primeira fomos com a FUNAI e o IEF, e os indígenas que foram disseram que queriam voltar mais vezes para conhecer mais locais. Na segunda foram novamente e voltaram mais animados ainda. Na terceira vez foi já para procurar um local onde tivesse água e onde acamparíamos até construírmos as nossas casas.

Depois dessas visitas a liderança Baiara reuniu com todos e disse assim: “É aqui que eu quero morar, um lugar que mexeu com meu espiritual, gostei desse lugar assim que eu visitei a primeira vez”. Eles prometeram que fariam doação de 2500 hectares à FUNAI, e que esta transformaria o local em uma Reserva Indígena, além de desenvolver demandas de projetos sustentáveis.

Em 2010 decidimos mudar para a área. Tio Baiara organizou a ocupação do Parque no dia 23 de julho de 2010. Lembro daquele dia, nós arrumando as nossas coisas e colocando no caminhão. Saímos meia-noite da Reserva Guarani e chegamos de madrugada ao encontro dos nossos parentes de Barra Velha que vieram nos ajudar. Chegamos no Parque umas 7:00 horas, com aquele medo e aperto nos nossos corações, mas firme, com fé em Nossa Senhora Aparecida, que tudo daria certo. Nos comunicaram que a região era perigosíssima, e que os pistoleiros poderiam nos atacar. Mas deu tudo certo. Ao chegarmos, os homens foram tirar madeira para armarem o barracão, e as mulheres foram improvisar os fogões e preparar o nosso alimento. Chegamos com a cara e a coragem para enfrentar uma nova vida.



Figura I – Aldeia Gerú Tucunã. Fonte: Google Earth.

Do processo de regularização, assim que chegamos procuramos os órgãos competentes para nos passarem as informações sobre o processo do território. Fomos informados que o território era uma terra devoluta, com 9 propriedades e 7 proprietários, sendo o IEF e a Aperam (aperture ,que significa abertura) as donas da terra. Mas não desistimos de ficar, até mesmo porque não entramos como intrusos e sim fomos convidados. Talvez nos fizeram de cobaias...

Aos poucos fomos calçando o nosso objetivo. A liderança Baiara têm um grande conhecimento a nível estadual. Nos reunimos e começamos a fazer com que os governantes reconhecessem a nossa causa. A FUNAI iniciou o processo de reconhecimento da comunidade,

mas, a responsabilidade de resolver a questão da terra era do estado, por ser um processo de nível estadual.

Isso sem pensar o quanto fomos ameaçados: com fogo ao nosso redor, com toras de pau jogadas nas estradas e, perseguições em geral, de posseiros e fazendeiros.

Depois de três meses, cada família começou a construir suas casinhas de pau-a-pique, seus quintais e uma cabana foi construída no centro da aldeia para fazermos nossos rituais, e receber nossas visitas, que começaram cada dia a aumentar.

Recorremos a uma parceria com a Cáritas (caridade em latim), que têm nos ajudado muito com projeto de água na nossa aldeia.

Em 2011 começamos a mostrar para as pessoas da região e para o Estado que também tínhamos nossas estratégias, e que não estávamos sozinhos. Ao contrário do que o IEF fala e divulga, realizamos a primeira festa Awê Heruê no dia 19 de abril para mostrar aos órgãos competentes a situação que esse Parque se encontrava, pois ele era um Parque apenas no papel. Convidamos as escolas da região, órgãos competentes, vizinhos e recebemos umas 800 pessoas.

Os primeiros visitantes vieram e gostaram, e nos anos seguintes têm aumentado a quantidade de pessoas na festa, e vários grupos nos procuraram para fazermos visitas e para conhecer a nossa cultura, e para ajudar financeiramente as famílias na venda do artesanato e produtos agrícola.

Hoje nossa aldeia é bastante reconhecida. Ainda não alcançamos a demarcação do território, estamos lutando por dois caminhos: um pela Secretaria dos Povos das Comunidades Tradicionais, onde o estado tenta um processo de mudança de categoria para todo o território do parque, os 5065 hectares. No final de 2018, o Governador Pimentel assinou o decreto dizendo que a área seria dos Pataxó, mas só esse decreto não garante nossa permanência. Na verdade, o verdadeiro documento que nos garante é “termo de compromisso”, que até hoje não assinaram. O outro caminho que estamos lutando é através de um projeto de Lei, que irá tornar a área uma Reserva sustentável. O projeto foi criado, mas falta fazer o Georefenciamento da área e protocolar na Assembleia, além de tentar convencer os deputados a assinar esse projeto.

Em 2020 tivemos nosso primeiro óbito da aldeia. Foi a minha vó, uma anciã, com mais de 95 anos. E aí veio o problema onde iríamos enterrar. Depois de muitas conversas e decisão dos filhos, enterraram na aldeia. Lembraram que a maioria das aldeias têm um cemitério, até mesmo como uma forma de demarcar território. E, logo em seguida, perdemos uma criança que tinha alguns problemas de saúde e acabou contraindo Covid, vindo a óbito.

Um outro ponto importante que minha comunidade ainda realiza são os trabalhos em mutirão. Foi uma das opções para organizar as construções de casas e quintas. Como

morávamos tudo em um barracão, foi uma das soluções para adiantar os nossos trabalhos. Mutirão é quando um grupo de pessoas se reúne para trabalhar em uma roça ou uma casa, para agilizar o trabalho, ou seja, para adiantar a finalização do mesmo.

Nos mutirões se reúnem homens, mulheres crianças e jovens. Trabalhos que durariam uma semana ou mais, em um dia ou dois são realizados. Principalmente nós, que usamos o trabalho manual. Como nosso território não é demarcado, e por ser Parque, nem um tipo de máquina pode arar terra, por exemplo, por causa do licenciamento, que é muito burocrático. O jeito mais prático são os mutirões.

O mutirão não tem pagamento, é recompensado com um almoço. Ao terminarem os trabalhos, todos se reúnem e almoçam, e essa é gratificação. Mas é um momento muito importante pois, além de serem contemplados os trabalhos, é também um momento em que as pessoas colocam suas conversas em dia. São muitos risos e histórias que acontecem nesses momentos.

O mutirão é algo importante, passado de geração em geração, e esperamos que as nossas crianças repassem esse conhecimento. Um exemplo de mutirão na nossa aldeia foi quando os homens, as mulheres, jovens e crianças se reuniram para as construções das casas. Todos levantavam bem cedo. Os homens começavam a cortar o barreiro e as mulheres carregavam água em balde na cabeça com uma distância de 50 metros até no ponto da casa construída, para encher uma caixa de 500 litros de água para preparar o barreiro, enquanto outras mulheres preparavam o mangut (comida) para todos almoçarem assim que terminarem.

Depois de molhar o barro os homens, jovens e crianças pisam no barro até dar o ponto certo de jogar na parede na casa de pau-a-pique. E ali todos juntos começam a embarrear. Aproximadamente umas 10 a 11 horas, dependendo do tamanho, a casa está pronta. Enfim mutirão realizado, todos, mesmo cansados, se reúnem para almoçar. Portanto, as mulheres, nesse tempo de construção, têm um papel importante, porque em tudo elas têm sua contribuição.

De acordo com os mais velhos era assim que funcionava o processo de plantio de roças antigamente. Eles falavam que faziam tarefas e tarefas de roça. Durante a quarentena, nossa comunidade teve que se aquietar na aldeia, mas uma vantagem foi aumentar as nossas produções. Todos se reuniram fizeram o processo de roçagem, capinaram e plantaram, e tivemos boas colheitas. Tivemos as desvantagens também, porque a maioria sobrevive do artesanato, e não puderam viajar e participar de feiras, e isso têm dificultado um pouco na renda do nosso povo.

Um pouco sobre a trajetória da nossa liderança

A liderança fala sobre sua trajetória, de quando se tornou liderança, e é algo fundamental para obter conhecimento para liderar e organizar a aldeia:

Nós viemos na década de 72 pra 71 pra Minas, viemos de lá da Bahia. Já no espírito de liderança, meu tio, quando fazia reunião, ele sempre ele mandava me chamar, e aí já veio uma época de acompanhamento dele. Todas as reuniões que ele estava ele mandava me chamar, e ele me mandava ‘vai, meu sobrinho, pegar tal coisa’, e eu sentava no cantinho dele, já observando como eles conversavam.

Baiara conta que quando chegou em Minas se tornou vice do Finado Sebastião, eles precisavam percorrer o estado para tentar a documentação da regularização do território da Fazenda Guarani:

Na década de 71 nós vimos para Minas. Finado Bastião era liderança, ele sentava, discutia, e a gente acompanhava. Ele disse: ‘ó, a partir de hoje Baiara vai ser meu vice, pra nós andar, trabalhar com a comunidade’. Aí ele fez uma reunião e fomos trabalhar juntos, e aí já começamos a lutar por território.

Sobre as dificuldades de demarcar território, Baiara disse que já enfrentou isso naquela época:

A gente começou a andar mais Bastião nas viagens, a gente ia pelo Estado procurar labutar o território. Em 1983 nós fizemos o primeiro encontro dos povos indígenas no Estado, eram as 4 tribos: nós, os Pataxó, em Carmésia, os Xacriabá no norte de Minas, os Krenaks e os Maxakalis. Essa luta era pra reconhecer tinha povos indígenas em Minas Gerais. Esse encontro foi um encontrão grande que teve o finado Tancredo Neves e a Rural Minas, que titulou a terra dos Krenaks. No estado de Minas ela titulou muita terra, e aí nós passamos a lutar pela nossa terra.

Baiara conta que a partir desses encontros e do reconhecimento dos povos indígenas em Minas Gerais as coisas começaram a caminhar. Segundo Baiara: “Quando foi em 91 já foi já a FUNAI fazer o levantamento lá da terra. O finado Tancredo já tinha dado a ação doando aquela terra [a Reserva Fazenda Guarani] pros Pataxó, e a FUNAI foi fazer o georreferenciamento.”

Depois de terem passado por todas essas dificuldades de demarcação de território, ele diz que uma de suas grandes preocupações são as políticas internas, porque, naquela época, depois de ter ganho a terra da fazenda Guarani, começaram alguns atritos internos, e nesses atritos eles quase perderam aquela terra. A FUNAI chegou a mandar eles para o Espírito Santo dizendo que aquela terra não seria mais indígena. Depois eles recorreram à FUNAI novamente, dizendo que iriam voltar para o Guarani, porque não foram eles, Nilson, Sapucaia e Baiara, que tinham brigado, e que suas coisas, como plantio de mandioca, banana entre outros, tinham ficado para trás. E assim a FUNAI fez, retornando eles para a Fazenda Guarani, e Crispinho já foi dividindo em grupos: “Bastião vai ficar no Imbiruçu, você vai ficar mais Nilson nas Posses e os Marianos na sede, e não vão ficar brigando!”.

Baiara cita que quem o ensinou a percorrer pelos direitos indígenas foi o CIMI (Centro Indígena Missionário) e a FUNAI, que mostrava os caminhos. Isso ajudou muito eles, naquela época, a conseguirem o direito ao território, por exemplo. Baiara diz: “a gente agradece muito o povo do CIMI, que ensinou muito. A FUNAI mesmo, ela mostrava o direito, mas lutar sobre as conduções do direito ela não era como o CIMI”.

Em 93, Baiara começa a ter um anseio de procurar outro Território, porque Kanátilo já tinha ido para Itapecerica, Domingos mais Ivan para Araçuaí, e tudo isso começa a mudar o seu pensamento:

Aí também a gente começou já a procurar uma terra. Era para nós ir pra Condonga em 93, e já caçamos essa terra aí pra gente vir pra cá. Mas não deu certo, Cachimbo foi embora mais Ivan para Araçuaí, e gente ficamos nessa pendenga, porque a gente tinha muitos jovens e a gente não sabia a natureza de como iam se comportar. Em 2010 viemos pra cá, e estamos até hoje nessa luta, uma luta sim...se a gente não tivesse esse conhecimento, e senão tivesse a participação das autoridades, do nosso companheiro CIMI, dos professores indígenas, a gente não estava aqui .Então hoje a gente tá nessa luta aqui, e daqui só pro nosso *hahão*, por que a luta da gente, ela não acaba, ela continua, pra gente

demarcar um pedaço de terra para filhos da gente, para os netos da gente...ela não acaba, essa luta indígena, ela não acaba, e é isso que a gente incentiva as vezes, para nosso filho ter uma clareza, conhecer seus próprios direitos, a olhar com clareza e saber defender seus direitos. Naquela época nossos velhos não sabiam ler, não sabiam escrever. Os nossos jovens já sabem escrever e lutar pelos direitos deles de igual para igual, porque se a gente não saber lutar de igual para igual fica difícil, lutar na força, né? Isso que a gente incentiva, os nossos filhos conhecer o próprio direito dele, a defender uma educação, defender próprio direito dele com um olhar diferente, sem agressão. Se a gente tivesse um governo que tivesse um olhar diferente para as populações indígenas era muito diferente, mas o governo quer acabar de exterminar os próprios direitos, quer diminuir os territórios indígenas Vai só ficando as dificuldades muito grandes pra gente desenvolver um trabalhos com outro olhar, esse olhar que a gente olha buscando essa autonomia. Porque falam que o índio é preguiçoso, que o índio num conhece nada, que tem que viver da pesca e da caça, então a gente busca hoje essa autonomia pros nossos, pra o índio ter voz na sociedade. O índio é visto ainda como incapaz de exercer suas profissões, como alguém que não tem conhecimento e que não sabe defender seus direitos.”

Sobre a importância do seu sentimento da vinda para a Aldeia Gerú Tucunã, Baiara diz:

Olha, minha filha, sobre a nossa entrada no nosso processo do território, quando nós chegamos aqui não tinha nada, era um parque que só estava no papel. Nesses 11 anos que a gente tá aqui a gente reconstruiu a floresta, já construimos muita a floresta, já recuperamos a mata ciliar. Só depois que nós chegamos é que virou Parque. Hoje o Parque só está aí por causa de nós. Eu, como liderança que já vem batalhando os meus conhecimentos, eu espero que [vingue] o decreto de 2018 pra 2019, garantindo o direito pra gente da Aldeia Gerú Tucunã. Esse trabalho que a gente está fazendo em 2032 hectares, dá muito bem pra

gente sobreviver, pra nós recuperar essa área, fazer um trabalho integrado até com um Instituto de Floresta, criar uma reserva sustentável, ou uma reserva extrativista, pra gente fazer esse trabalho aqui, recuperar e mostrar que o indígena quer a terra não é pra vender, ele que a terra pra construir a cultura dele, para preservar a natureza, para construir essas nascentes que estão todas degradadas. A água para o povo Pataxó é sagrado pra nós, porque é com ela que gente faz as festas, faz os nossos rituais, ela é sagrada. Eu espero que aqui é um território para sempre, pra nossa família do povo Pataxó. Graças a Deus a gente adaptou ao lugar, aqui dá tudo, dá mandioca, abacaxi, dá banana, laranja dá caju, é um clima que é quase igual do nosso território da Bahia. Eu espero que daqui a gente não saia, que o governo tenha a capacidade de liberar esse pedaço de território pra gente pra poder criar nossos filhos, porque o terreno é do governo, nós só vamos proteger ele, desfrutar dele, mas a terra é do governo. Nós não vamos pegar terra pra vender, pegar terra pra destruir ela. Nós vamos conservar ela, vamos acabar de ter essa proteção de reflorestamento dela. A intenção da gente é mais na frente, quando ela estiver em nossa mãos, a gente vai fazer um ponto turístico, fazer uma reserva sustentável aqui, uma fonte de renda do reconhecimento do turismo ecológico, porque esse é o ponto chave nosso: você trabalha na sua lavoura, dá sustentação sem degradar o meio ambiente, tem que fazer o seu artesanato com qualidade, porque isso é o que fortalece a própria cultura da gente. Se a gente não trabalhar nesse sentido, fica difícil pra gente manter a nossa dignidade, o nosso ponto de vista, de criar nossos filhos. Então eu estou muito esperançoso, por essa batalha que a gente teve aqui, de reconstruir, graças a Deus. Tem aldeia aí que tem 30,40 anos e não tem o que temos aqui. Nossos indígenas aqui têm a farinha, tem sua abacaxi e tem seu Kawin, tem beiju, tem seu mukussui [peixe] pescado na hora, então é um lugar que oferece condução pra gente. A outra coisa é a gente trabalhar com a memória, cada vez mais incentivar nossos filhos para estar lutando pelo seu direito. Porque nós já tem um avanço muito grande, já temos nosso mini pólo de saúde, nossa escolinha, temos nossa energia elétrica, a gente passava muita dificuldade com nossa

água mas hoje temos nossa água nas casas já...então assim eu fico muito otimista.

Baiara nos traz ensinamentos de como conquistar um território:

Sempre eu falo que o Território, ele num vem de mão beijada, ele vem com luta, ele vem com esperança, ele vem com dignidade, ele vem com esperança muito grande pra uma comunidade que quer ter seu território com conhecimento. Sem conhecimento a gente num ganha nada, com ignorância nós num chega em lugar nenhum. Esse é um ponto de vista que eu tenho, trabalhar a cabeça dos jovens a ideia de que no território a gente a trabalha no sentido da nossa comunidade e não individual, que a Grande Ignorância é a pessoa querer seu trabalho individual. O nosso trabalho, na nossa comunidade, é de coletividade com nossa comunidade, então um trabalho individual só traz divergência. Ele não traz uma esperança, uma dignidade pra seu povo. Graças a Deus depois que saímos da Fazenda Guarani, a gente teve muito o pé no chão, esse pé no chão de buscar autonomia própria, de buscar sua capacidade sem prejudicar ninguém. Com nossa autonomia própria, com nossa experiência própria é que a gente faz o trabalho da gente, e não levando nome nem de A e nem de B. Eu como liderança, sozinho, eu não levo nada. Eu tenho que sentar com minha comunidade pra nós defender aquilo que é apropriado pra minha comunidade. Eu sem minha comunidade não tenho força, eu tenho força com minha comunidade. Isso é um pensamento de grande importância pra outras lideranças que só querem trabalhar em [torno do] próprio do umbigo, não em [torno do] próprio umbigo da comunidade.

O espírito Pataxó, a nossa caminhada, os nossos velhos já faziam. Eles já eram um povo coletor que, aonde ele ia pescar, lá ele já roçava um pedaço, lá ele derrubava e plantava a mandioca dele. Com um ano que ele voltava lá, e lá ele já fazia a farinha dele. Ai ele andava, andava de novo, lá ele via um lugar que era bom de pescar, lá ele já botava o jequiá dele, o surú⁵ dele, então ficava mais seis meses. Essa era vida que eles

⁵Nomes de armadilhas.

viviam, tinha muita caça, muito peixe, e a gente tá nesse sentido hoje, Pataxó hoje está nesse sentido, quando ele vê uma coisa boa lá na frente, ele quer fazer uma roça lá. É essa dignidade que os velhos deixaram pra gente, os velhos vêm ensinar pra gente no sonho, no canto, então a gente está aí, lutando por essa dignidade que é o território.

Capítulo 4 – Atividades desenvolvidas na Aldeia Gerú Tucunã

Ritual Awê Heruê

Neste capítulo falo sobre a festa Awê Heruê (força, união, alegria e espiritualidade), sobre como ocorre a festa e sobre a importância de resistência cultural que ela trouxe e vêm trazendo para nosso povo.

A festa Awê Heruê representa força, união, alegria, espiritualidade e acima de tudo conquista e reflexão com nossa ancestralidade. A festa simboliza a nossa resistência, a força de Niamissun, e fortalece a nossa cultura, costumes e tradição Pataxó, para não se deixar essa cultura milenar se perder. Todos da comunidade participam, crianças, adultos e idosos. Durante a festa tem o ritual, com danças, músicas, culinária pataxó como peixe assado, bebida pataxó (kawim), jogos tradicionais como derruba o toco, cabo de guerra, o tradicional casamento pataxó e uma riquíssima feirinha de artesanato.

Na semana antes ocorrer a festa é muito trabalho, todos se movimentam. Os homens geralmente fazem as partes mais pesadas como capina, busca lenha, limpam as estradas, preparam o muken entre outros. As mulheres preparam os beijus, a farinha, os peixes, o kawim, etc. E as crianças preparam suas pinturas corporal e seus trajes para a recepção.

Recebemos no dia 19 de abril aproximadamente 3.000 pessoas, um público principalmente de professores e alunos que prestigia e valoriza a nossa cultura. Além da festa começamos a trabalhar com preservação, plantando árvores frutíferas, conscientizando-a em relação ao lixo.

Através desses trabalhos o Estado tem solicitado que pessoas do governo, que nos visitasse para analisar se realmente estávamos preservando o Parque. E cada vez que eles vêm só se surpreendem, pois a nossa área é mais conservada, além das melhorias de trabalhos sustentáveis que temos feito e continuamos fazendo. Atualmente ocupamos uma área de 100 hectares, é um espaço pequeno principalmente para quem produz.

Sustentabilidade

A nossa aldeia tem uma grande riqueza na agricultura. Em cada quintal pode-se observar a quantidade e variedade de plantas frutífera. É muito importante, pois são colhidas grandes variedades de frutas sem agrotóxico, um produto orgânico. Assim está sendo resgatado a forma de plantar através das fases da lua, na época certa de plantar. Há uma fala do Senhor Nilson Braz da Conceição de 74 anos, meu avô que fala assim: *Esses meninos não sabem plantar nada, por isso a mandioca não carrega, a abacaxi não cresce e fala que não têm sorte.*

Quando eu falo, eles levam na brincadeira. Se vocês soubessem o quanto é importante respeitarmos o calendário e as fases da lua não teriam trabalho perdido, tanto trabalho pra nada.

Sempre fui uma pessoa que usei essas experiências e esse povo de hoje não quer saber de utilizar o conhecimento dos mais velhos.

Ouvindo essas falas diariamente, começamos a resgatar essas experiências e tem dado certo. As nossas plantações têm nos ajudado bastante na nossa alimentação e até mesmo na renda familiar.

Estamos nos organizando para tentarmos escoar os nossos produtos. Depois de tantas tentativas conseguimos algumas DAP (Declaração de Aptidão Pronaf), que podemos vender por um preço bem mais acessível. E é uma forma de incentivar a própria comunidade e de aumentar nossas produções.

Problemas encontrados da comunidade indígena da aldeia Gerú Tucunã

Um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade Gerú Tucunã é acessar as políticas públicas. Um exemplo é a falta de energia, que gera a falta de água e atinge o armazenamento de medicamentos como o de diabetes, entre outros. Em 2011, recorremos à Cemig para conseguirmos energia elétrica, mas ela não autorizou, alegando que só colocaria se o IEF autorizasse, pois em unidades de conservação não pode ter energia, só se tivesse um escritório dentro do parque. A partir de 2015, começamos a perceber que os posseiros conseguiram levar a energia para suas posses, e recorremos novamente. Em 2016 uma empresa terceirizada elaborou um projeto, através do projeto Luz Para Todos, liberando a instalação. Em 2018 começaram a instalar, mas novamente fomos impedidos por causa de uma pequena área de mata. Mesmo com um estudo feito por órgãos competentes como o IBAMA, FUNAI, IEF, CEMIG, que ao final concluiu não haveria nenhum dano ao meio ambiente. Percebemos que eles fizeram descaso, mesmo eles sabendo que temos diabéticos, crianças com problemas respiratórios. Mesmo assim não autorizaram a instalação da energia.

A partir de abril um novo processo foi aberto sobre a questão da energia, onde os procuradores recorreram e recomendaram que o IEF assinasse um Termo de Compromisso atendendo a comunidade Gerú Tucunã. No dia 13 de agosto de 2019, foi assinado pelos procuradores Estadual, federal e pelo presidente do IEF a instalação da energia atendendo aos indígenas.

Em dezembro de 2018, o Governador Pimentel assinou o decreto do território que seria dos índios Pataxó de Açuena. Ficamos todos felizes achando que com aquele decreto nossas políticas públicas poderiam entrar também, mas não foi bem assim. Tivemos que enfrentar novamente desafios. As políticas públicas só poderiam entrar se o termo de compromisso fosse assinado, um termo de como deveríamos proceder no parque. Acabou que aquilo era só uma forma de nos assegurarmos no Parque, uma vez que tentaram nos retirar com ações de reintegração de posse várias vezes.

Cobramos novamente à FUNAI que fizéssemos um documento colocando a necessidade, para que o Ministério Público analisasse e autorizasse a energia para a aldeia. No dia 13 de agosto recebemos a notícia que o termo de compromisso da energia tinha sido assinado, sendo assim tivemos mais uma vitória.

Temos feito o possível para assegurar a nossa permanência, ao contrário dos outros, que só destrói com fogo, desmatamento, criação de bois, búfalos, cavalos entre outros, e os órgãos competentes não percebem (ou fingem não perceber).

E o Estado sempre fez vista grossa, falam e divulgam em sites que o parque está preservado. A maior parte que está preservada é a área que estamos localizados.

Tudo que temos conquistado foi através de projetos e nossos esforços. Pois exigem de nós principalmente para construções o documento do território. E atualmente lutamos pela Reserva sustentável.

Estamos lutando por um projeto de Lei que recategoriza o Parque tornando em uma reserva sustentável (ver reportagem nos anexos). E ainda dentro do Parque Rio Correntes têm também o pessoal do MST (Movimento dos Sem-Terra), que estavam em uma área em que sofreram reintegração de posse várias vezes. Em abril de 2018, alguns representantes do MST vieram até a aldeia dizendo à nossa liderança, Clemes, que iriam entrar em uma fazenda próxima de onde estamos. Nesse dia a liderança Baiara não se encontrava.

Quando passou uma semana eles entraram próximo onde estamos, uns três km, e não no lugar onde tinham falado. A princípio não demos muita importância. Cada um em seu espaço e com suas lutas.

E em dezembro de 2018 saiu o decreto que o governador Fernando Pimentel assinou, decretando o Parque para os índios Pataxó (ver anexo). Decretou o Parque, mas faltou assinar o termo de compromisso que garantia a nossa permanência, que o Instituto de Florestas deveria ter assinado e ainda não assinou. Para tentar agilizar esse processo resolvemos junto com a FUNAI a montar um projeto de Lei (Reserva Sustentável) para a frente parlamentar com assessores de deputados para que o jurídico avaliasse e para tentarmos aprovar na assembleia.

Só que aí surgiu um problema, porque a frente parlamentar começou a nos dizer que o projeto não poderia andar sem os outros povos que estavam dentro do Parque, que é o MST e um grupo de Quilombolas. Mandaram uma carta para os quilombolas e eles não mostraram interesse, já o pessoal do MST se interessaram e no início disseram que iriam criar uma reserva extrativista, mas não deu certo. Agora estão lutando por uma reserva sustentável chamada mãe terra.

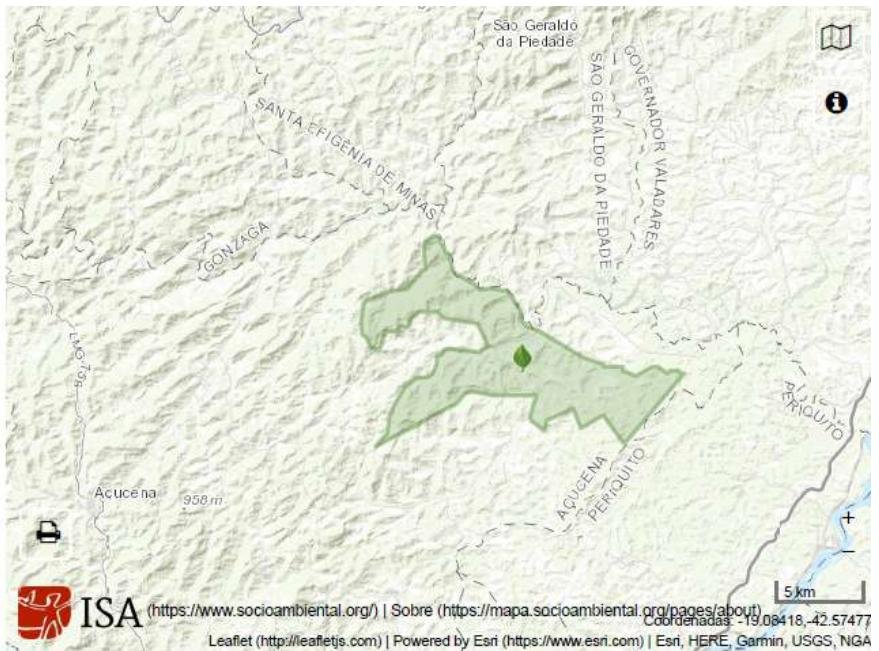
Quando foi agora em abril (de 2019), quando estávamos com muita esperança de nosso projeto ser protocolado, tivemos a surpresa de que a frente parlamentar nos disse que os dois projetos não passariam, a não ser que passasse o nosso e anexasse o do MST junto ao nosso. E eles infelizmente não aceitaram, argumentando que se o nosso passasse o deles não passaria e que iriam sofrer uma reintegração de posse.

Foi nossa esperança do mês de abril, estávamos esperançosos nesse mês. Ficamos mais triste que chegamos primeiro, fizemos todo o trabalho de encaminhamento do nosso trabalho, tudo pronto, e fomos impedidos por pessoas que entraram depois de nós, oito anos de diferença. Mesmo com tudo isso que tem acontecido, ainda continuamos na esperança de percorrermos outros caminhos.

Parque Rio Correntes

O Parque Rio Correntes é uma unidade de conservação integral localizada no município de Açaúna Minas Gerais, foi criado em 17 de dezembro de 1998. Possui 5065 hectares e abriga importantes remanescentes de bioma da mata atlântica no leste do estado.

A unidade abriga ainda mais de 20 nascentes de diferentes ribeirões e, afluentes de importantes e imprescindíveis cursos hídricos como o ribeirão São Mateus, o Ribeirão São Félix e o córrego Porto Santa Rita todos desaguando no Rio corrente, que por sua vez deságua no Rio Doce.



Mapa do Parque Estadual do Rio Corrente. Fonte: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2922>

Na unidade de conservação podem ser encontradas espécies arbóreas típicas da mata atlântica, como ipê, a quaresmeira, o angico, a sapucaia, até mesmo em princípio de revegetação como o vinhático, o cedro e o jacarandá. A fauna é composta por espécies como mutum do sudeste, a seriema, paca, capivara, jacu, raposa e outras espécies que necessitam de ambientes florestais preservados para sua sobrevivência. Como eu já disse, a nossa comunidade hoje luta por um projeto de Lei para transformarmos o parque em uma área sustentável, que é uma forma mais lógica de garantir a nossa permanência, uma vez que a lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, o chamado Estatuto do Índio, em seu artigo 26, determina que “A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais e dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais”.

A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2020, o art.1º esta lei institui o Sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza-SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No art.2 para fins previstos nesta lei uma delas é:

II- conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, comprendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa

produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, as atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Sendo assim, tudo o que queremos está já previsto em lei, e falta apenas vontade política dos governantes para concretizar aquilo que diz respeito ao bem comum.

O que temos fortalecido na Aldeia Gerú Tucunã

Quando chegamos na aldeia nosso primeiro objetivo foi construir nossas casinhas de pau a pique e plantar nossas plantas frutíferas. Atualmente está sendo uma grande riqueza, recuperar e trabalhar com nossas crianças a importância de desenvolver o trabalho de plantar através dos conhecimentos indígenas pelas fases da lua e a época certa de plantar.

Percebemos que após a produção das plantas uma grande quantidade de pássaros tem aproximado em busca de alimento, alegrando a aldeia com seus cantos e os belíssimos coloridos. Temos investido na nossa cultura fazendo um trabalho com escolas através de intercâmbio e incentivando nossas crianças a valorizem a nossa cultura e que eles saibam ter argumentos de defesa para suas vivências.

Construímos uma casa de farinha que têm nos proporcionado o incentivo da nossa culinária como a farinha de puba, as diversas variedades de beijus, o Kawim. As próprias crianças que não conviviam tanto com essa vivência têm se tornado presente em nossa aldeia, aprenderam e sempre estão participando de todos os processos da farinha e do beiju.

Ainda não temos estruturas fixas para fazermos um trabalho de qualidade, mesmo assim no dia 19 de abril recebemos mais de 2.000 pessoas inclusive crianças e professores de escolas de toda região. Durante a festa temos comidas típicas, jogos, danças, casamentos, palestras e feira de artesanato.

Outro ponto importante que desenvolvemos foi a festa das águas, o nosso povo, consciente da relação homem e natureza, e na certeza da preservação de nossa cultura, realiza o ritual das águas: Tempo que chamamos de “O Tempo da Chuva”. Esse ritual acontece desde a época de nossos antepassados, quando estes faziam o plantio das roças e, com a chegada da chuva a colheita era farta. Então tínhamos muitos alimentos com fartura.

Esse ritual é realizado no dia 5 de outubro, onde se reúne homens, mulheres, jovens e crianças. Nossas famílias levam mandioca, farinha, peixe e carne para cozinhar e assar. Acontece também jogos e brincadeiras tradicionais que são: derruba o toco, corrida de maracá,

arco e flecha. Durante o evento apresentamos nossas danças, cantamos para as famílias, as crianças, os protetores da mata, a lua, o sol, a terra e as águas.

Realizamos esse ritual para nos fortalecer e proporcionar saúde à comunidade. Ao término, nós banhamos no rio sagrado para purificar nosso corpo. Esse momento para nós é muito importante porque a água é o princípio de nossas vidas.

Através destes movimentos o parque era fechado, hoje temos a presença de muitas pessoas, principalmente representantes do governo, que têm melhorado a nossa segurança.

Temos uma horta medicinal que conseguimos através da Secretaria de Estado da Saúde, que contempla 5 guerreiros, é algo que beneficia na aldeia e temos variedades de plantas. As plantas medicinais para o meu povo foram também de grande importância. Quando chegamos na aldeia Gerú Tucunã, enfrentamos muitas cobras, escorpiões, aranhas entre outros insetos. No início, 3 pessoas foram picadas de cobra. E, como não tínhamos o carro da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) dentro da aldeia, nós tínhamos que esperar o Dsei MG/ES liberar um carro para atender e levar esse paciente para Governador Valadares, em um percurso de uma hora para o atendimento desse indígena. E aí entrava a parte das simpatias e os remédios das plantas medicinais para nos ajudar esse paciente chegar e ser atendido.

E como o ambiente da aldeia é rico em plantas medicinais e depois que chegamos aqui aprendemos a dar mais importância as plantas e a esses conhecimentos que é passado de geração em geração.

E no início enfrentamos uma série de viroses que a cada quinze dias, todos nós sempre tínhamos recaídas de febre, diarreia, vômito, dor de cabeça e gripe. E nossas crianças sempre eram as que mais nos preocupava. E como não tínhamos água encanada e nem saneamento básico essas doenças só aumentavam. E depois de uns cinco anos é que fomos conseguir alguns benefícios como água encanada, entramos no ministério público e conseguimos a equipe da Sesai.

Portanto as plantas medicinais foram essenciais para o meu povo durante esses 11 anos na minha aldeia. É uma forma de incentivar a comunidade a usar as plantas medicinais; alertamos sempre que antigamente não tinha remédios de farmácia. Que os nossos remédios e médicos era os nossos anciões e pajés que faziam suas benzeções, e eram repassados os banhos, remédios e defumadores e assim vinha as curas. E temos mais um reforço que é nossa cabaninha do segredo, onde fazemos nossos rituais e fazemos nossas orações e as pessoas que tiverem com algum problema, remédios com as plantas medicinais são repassados e isso nos ajuda muito. Médico só em último caso.

Temos mais de 800.000 reais que falta licitar na prefeitura e construir. Mesmo tudo sendo burocrático, aos poucos iremos vencer.

Conclusão

Quando iniciei esse trabalho foi com o interesse registrar a história da minha aldeia.

Registrar como foi o processo de construir uma aldeia começando do zero, buscando primeiro centralizar nos objetivos da comunidade, mesmo sabendo das dificuldades, um trabalho de coletividade.

E pra mim foi o melhor aprendizado, além de registrar essa história eu vivi, vivi aquilo que meus avós, tios, pai, mãe viveram e que só conhecia por histórias. Que uma luta não se constrói do dia pra noite é com tempo e esforço.

Dentro do meu trabalho registro as construções do que temos.

E o que temos foi tudo através dos nossos esforços, projetos, parceria e conhecimento. Como não temos ainda a demarcação do território tudo é dificultado.

O registro desse trabalho vai ficar para as futuras gerações conhecer essa luta. E que não fica só em nossas memórias, têm um registro.

Cito no meu trabalho que temos hoje, as festividades e práticas culturais que desempenhamos e que foram estratégias para mantermos no território e trazer nossa segurança e uma forma de divulgar a minha aldeia.

E registro também as famílias que fundaram essa aldeia, aqueles que enfrentaram desde o primeiro dia que ocupamos o Parque.

Falo ainda sobre como anda o processo de regularização do território, que ainda não temos ela demarcada, mas temos um decreto que nos assegura a permanência desde 2018.

Registrar a história da minha aldeia é uma honra, principalmente por participar dessa história.

Para finalizar, quero dizer o seguinte:

Sei que não é fácil esse processo de demarcação de Território.

Ouvia sempre meus avós e tios dizendo o quanto sofreram para demarcar a reserva Guarani, e hoje estamos enfrentando novamente tudo o que eles viveram.

Cada dia um acontecimento.

Quando tudo parece que vai encaminhar, surge um novo problema.

Mas nossa parte estamos fazendo, plantando, preservando, cuidando e mostrar nossos interesses para o próprio estado.

E ainda veio essa bendita da covid dificultando nossos encaminhamentos.

Mas estamos orando com Niamissun que uma hora conquistamos nossos objetivos para trabalharmos com segurança e podermos garantir um futuro melhor para nossas crianças.

A cada dia sofremos um ataque do governo, mas vamos continuar a luta.

Demarcação já!

Anexo 1: documentos e reportagens

1.1. Decreto no DOE

MINAS GERAIS - CADerno 1

Decreto N° 47.573, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

SEXTA-FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2018 – 3

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, com fundamento no disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias da Constituição da República, nos arts. 215, 216, 225, 231 e 232 da Constituição da República, na Convenção sobre a Diversidade Biológica ratificada pelo Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998, na Convención nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais ratificada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, nos arts. 207 e 208 da Constituição do Estado, no inciso III do art. 6 da Lei nº 11.020, de 8 de janeiro de 1993, nos arts. 4º e 6º da Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, no Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014, e no Decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarado de interesse social e reconhecido o limite do território indígena do Povo Patxawá Geru Tucumá, contendo área de aproximadamente 5.065,00ha (cinco mil e seiscentas e cinco hectares), localizada no Município de Aquena, conforme descrição perimetral constante no Anexo.

– A área refere-se ao Parque Estadual Rio Corrente, criado pelo Decreto nº 40.168, de 17 de dezembro de 1985, que passará a ter dupla ação, garantindo-se a ocupação e uso dos recursos naturais pelo Povo Patxawá Geru Tucumá, nos termos da Resolução Normativa Conjunta nº 1/2018 IEF/CEPCA/CEPCT.

– Ficam autorizados os atos de alienação da área que se fizerem necessários para fins de titulação, em razão de novo georreferenciamento, memorando descritivo e registro da área em cartório, deliberadas no âmbito do processo de Regularização Fundiária.

§ 3º – O imóvel a que se refere o caput destina-se ao cumprimento da função social da propriedade, à garantia das condições necessárias a reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade e à preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao bem-estar de todos.

Art. 2º – Fica autorizada a regularização fundiária a ser realizada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário – Seda –, podendo, para tanto, celebrar acordos, termos de cooperação técnica, convênios e parcerias junto a Fundação Nacional do Índio, ao Instituto Estadual de Florestas, e junto à Prefeitura Municipal de Aquena e outras pessoas jurídicas cuja atuação seja consonante com esse objetivo.

Parágrafo único – Se identificados outros grupos durante o processo de regularização fundiária, acompanhados pela Mesa de Diálogo e Negociação Permanente Ocupações Urbanas e Rurais, ficam autorizados os atos administrativos necessários para a solução dos conflitos, considerando a existência de interesse social ou de utilidade pública.

Art. 3º – O processo de regularização fundiária deverá observar as finalidades de uso e preservação do território tradicionalmente ocupado em consonância com o direito a preservação do meio ambiente.

Parágrafo único – Caberá à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais analisar os casos de descumprimento do disposto no caput, garantindo a ampla defesa e contraditório.

Art. 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, nos 27 de dezembro de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO

(a que se refere o art. 1º do Decreto N° 47.573, de 27 de dezembro de 2018)

A descrição perimétrica das edificações de que trata o art. 1º deste decreto é a seguinte: inicia-se a descrição deste perímetro no Ponto 1, de coordenadas geográficas X = 776.950m e Y = 7.903.560 m, localizado na cota 500 m e distante 500 m do leito do Rio Corrente, daí acompanha esta cota na direção Norte passando pelos fundos da sede da Fazenda Correjo do Sossego até atingir a nascente do Correjo do Sossego (affluente do Correjo "Agua Preta"), que por sua vez é affluente do "Rio Corrente Grande"; daí, segue na direção Sul ate atingir outra nascente de um correjo affluente do Correjo "Porto Santa Rita"; daí, segue por este curso d'água ate atingir o leito do Correjo Porto Santa Rita (affluente do Rio Corrente); daí, acompanha este curso d'água ate o Ponto 2 da coordenadas X = 776.737m e Y = 7.903.853m, localizado após a sede da Fazenda Porto Santa Rita, exatamente na junção de um pequeno affluente da margem direita do Correjo Porto Santa Rita, daí, segue subindo o seu curso até sua nascente, onde se atinge a cota 500 m, daí, acompanha o nível desta cota 500 m na direção Oeste ate atingir a nascente do outro pequeno correjo affluente da margem direita do Correjo Porto Santa Rita; daí, segue em linha reta na direção Leste num azimute aproximado de 100 graus, por uma distância estimada em 900 m (Ponto 3 – X = 776.610m e Y = 7.899.658m); daí, segue em linha reta por uma distância aproximada de 900 m na direção Leste do azimute aproximado de 112 graus ate atingir a nascente de um pequeno correjo, affluente da margem esquerda do Rioibeiro São Mateus (Ponto 4 – X = 777.619m e Y = 7.899.306m); daí, segue em linha reta na direção Leste do azimute aproximado de 95 graus, por uma distância estimada em 950 m, ate atingir o Ponto 5 (X = 777.573m e Y = 7.899.111m); daí, segue em linha reta por uma distância estimada de 600 m na direção Nordeste (Ponto 6 – X = 777.500m e Y = 7.897.600m); daí, segue em linha reta no azimute aproximado de 180 graus ate atingir o Ponto 7 (X = 776.500m e Y = 7.897.600m); daí, segue em linha reta por uma distância estimada de 600 m na margem direita, daí, segue o curso desse correjo ate o ponto de junção do terceiro curso d'água affluente da margem direita, daí, sobre o curso desse terceiro affluente sua nascente, daí, para outra nascente de um correjo affluente da margem direita do Correjo São Mateus, daí, segue o curso desse terceiro curso d'água ate atingir o leito do Correjo São Mateus, e acompanha este curso d'água ate atingir o leito do Correjo São Mateus, daí, sobre o curso do Correjo São Mateus ate o ponto onde desagua no Rioibeiro São Félix, daí, sobre o curso do Rioibeiro São Félix ate o ponto onde desagua o Correjo Fundo, um de seus affluentes da margem direita, daí, sobre o curso do Correjo Fundo por uma extensão de 1.000 m; daí, sobre em linha reta na direção Nordeste por uma distância estimada de 600 m ate atingir o ponto culminante de cota 424 m; daí, segue em linha reta na direção Nordeste de azimute aproximado de 73 graus por uma distância estimada de 1.450 m ate atingir o Ponto 7 (X = 794.512m e Y = 7.933.988m) localizado na cota de 250 m; daí, desce deste ponto em linha reta na direção Nordeste, daí, sobre o curso desse terceiro affluente ate sua nascente, daí, para outra nascente de um correjo affluente da margem esquerda (Ponto 8 – X = 787.400m e Y = 7.892.200m), localizado na cota de 200 m em cima da nascente de um correjo affluente da margem direita do Rioibeiro São Félix, daí, segue em linha reta na direção Nordeste do azimute aproximado de 38 graus por uma extensão de 5.000 m ate atingir o Ponto 9 (X = 790.600m e Y = 7.896.100m), localizado em cima do leito do Rioibeiro São Félix, daí, sobre o curso do Rioibeiro São Félix por uma extensão estimada de 4.000 m ate atingir o ponto de junção deste com um de seus correjos affluente da margem esquerda (Ponto 10 – X = 786.800m e Y = 7.896.400m); daí, sobre o curso desse correjo affluente do Rioibeiro São Félix ate sua nascente, localizada no Ponto 11 (X = 785.400m e Y = 7.896.900m); daí, sobre em linha reta na direção Nordeste do azimute aproximado de 298 por uma distância estimada de 5.200 m ate atingir o Ponto 8 (X = 787.400m e Y = 7.892.200m), localizado na junção entre o Rioibeiro São Mateus desse lado e o Rio Corrente, daí, sobre o curso do Rio Corrente, o qual segue em linha reta por uma distância estimada de 3.000 m, ate atingir o Ponto 13 (X = 777.600m e Y = 7.903.900m), localizado no ponto onde o Correjo Botobetá desagua no Rio Corrente; daí, segue em linha reta na direção Sudeste do azimute aproximado de 136 graus, por uma distância estimada de 650 m ate atingir novamente o Ponto 1 (X = 776.950m e Y = 7.903.560m), fechando o perímetro do Parque.

Decreto N° 47.574, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

Declara de interesse social e reconhece o limite do território quinomópala da Comunidade de Lapinha, para fins de regularização fundiária e titulação, com caráter gratuito, inalienável, coletivo e por prazo indeterminado, beneficiando gerações futuras.

– O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado, com fundamento no disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias da Constituição da República, na Convención sobre a Diversidade Biológica ratificada pelo Decreto Federal nº 2.519, de 16 de março de 1998, na Convención nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais ratificada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004, no inciso III do art. 6 da Lei nº 11.020, de 8 de janeiro de 1993, nos arts. 4º e 6º da Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, no Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014, e no Decreto nº 47.289, de 20 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarado de interesse social e reconhecido para fins de regularização fundiária o limite parcial do território quinomópala da Comunidade de Lapinha, contendo área de 1.443.350,00ha (mil quatrocentos e quarenta e três hectares, trinta e cinco ares e três centares), localizado no Município de Martins Cardoso, conforme a descrição perimetral constante no Anexo.

5.º – Parte da área refere-se ao remanescente de área da Fazenda Casa Grande, registrada no Livro 04, 2-D-A-D, RG, de fls. 080, M e R-01-8-122, Cartório de Manga, com nova matrícula a ser aberta em razão de cumprimento de mandado judicial – Acordo de desapropriação, firmado em 21 de janeiro de 2010, homologado na 1ª Vara Cível da Comarca de Manga, Escritura Pública de Desapropriação Amigavel, registrada no Livro 1360-N, fls. 120-122, Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Belo Horizonte, com área de 1.416.086,00ha (mil quatrocentos e dezenove hectares, oito ares e sessenta e dois centares), localizada na área rural do Município de Martins Cardoso.

5.º – Ficam autorizadas as medidas corretivas e de refitação que se fizerem necessárias para fins de titulação, em razão de novo georreferenciamento, memorial descritivo e registro da área em cartório.

5.º – O imóvel a que se refere o caput destina-se ao cumprimento da função social da propriedade, à garantia das condições necessárias a reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade e à preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao bem-estar de todos e compõe parte do território quinomópala.

Art. 2º – Fica autorizada a regularização fundiária a ser realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – Seda –, com outorga da titulação da Comunidade Quinomópala de Lapinha, por concessão gratuita de domínio, à Associação Quinomópala de Lapinha.

Parágrafo único – O título outorgado para regularizar fundiária será concedido em caráter gratuito, inalienável, coletivo e indeterminável por prazo indeterminado, beneficiando gerações futuras.

Art. 3º – O imóvel outorgado para regularizar fundiária é de responsabilidade da Seda, sem eximir no caso de descumprimento das finalidades de uso e prazo determinado, que sejam exercidas no caso de descumprimento do disposto no caput.

Parágrafo único – Caberá à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais analisar os casos de descumprimento do disposto no caput, garantindo a ampla defesa e contraditório.

Art. 4º – Aplica-se nos beneficiários do título o disposto na Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002.

Art. 5º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 27 de dezembro de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO
(a que se refere o art. 1º do Decreto nº 47.574, de 27 de dezembro de 2018)

A descrição perimétrica das edificações de que trata o art. 1º deste decreto é a seguinte: inicia-se a descrição deste perímetro: no ponto AVEG-M-1086, de coordenadas N 8352495,270m e E 613810,550 m, destr. segue confrontando com imóvel de José Caetano, com os seguintes azimutes e distâncias: 112°39'25" e 843,07m ate o vértice AEG-P-0805, de coordenadas N 8352170,76m e E 6145495,121m; 115°45'29" e 11.303m ate o vértice AEG-P-0806, de coordenadas N 8352165,364m e E 6145995,301m; 111°58'32" e 1410,678m ate o vértice AEG-M-1087, de coordenadas N 8351857,469m e E 6159071,483m; 199°57'55" e 33,731m ate o vértice AEG-M-1088, de coordenadas N 8351805,764m e E 615895,965m; 115°32'11" e 1041,489m ate o vértice AEG-M-1089, de coordenadas N 8351805,764m e E 616805,121m; destr. segue confrontando com Fazenda Casa Grande, com os seguintes azimutes e distâncias: 05°34'03" e 477,435m ate o vértice AEG-M-1089, de coordenadas N 8346831,981m e E 616031,616m; destr. segue confrontando com imóvel de Luiz Carlos Timoteo Pereira, com os seguintes azimutes e distâncias: 288°25'39" e 1851,885m ate o vértice AEG-M-1090, de coordenadas N 8347493,617m e E 613052,180m; destr. segue confrontando com imóvel de José Vandersil Furtado, com os seguintes azimutes e distâncias: 33°35'43" e 86,289m ate o vértice AEG-M-1091, de coordenadas N 8347505,489m e E 613099,926m; destr. segue confrontando com imóvel de Jose Martins Dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 23°34'40" e 24,432m ate o vértice AEG-M-1092, de coordenadas N 8347508,080m e E 613113,082m; 23°30'08" e 460,263m ate o vértice AEG-M-1094, de coordenadas N 8347982,368m e E 613173,441m; 300°49'31" e 177,998m ate o vértice AEG-P-0793, de coordenadas N 8348037,519m e E 615020,552m; 318°46'26" e 795,198m ate o vértice AEG-P-0794, de coordenadas N 8348061,600m e E 612496,491m; 31°55'58" e 19,790m ate o vértice AEG-P-0795, de coordenadas N 8348085,831m e E 612482,739m; 319°22'08" e 327,571m ate o vértice AEG-M-1095, de coordenadas N 8348493,430m e E 612369,429m; destr. segue confrontando com Rio São Francisco, com os seguintes azimutes e distâncias: 3°7'09"44" e 464,607m ate o vértice AEG-P-0796, de coordenadas N 8349104,688m e E 612350,086m; 47°56'39" e 194,549m ate o vértice AEG-P-0797, de coordenadas N 8349435,007m e E 612694,537m; 30°45'01" e 451,879m ate o vértice AEG-P-0798, de coordenadas N 8349823,354m e E 612925,581m; 35°44'16" e 378,228m ate o vértice AEG-P-0799, de coordenadas N 8350161,140m e E 613095,740m; 20°45'42" e 376,102m ate o vértice AEG-P-0800, de coordenadas N 8350512,519m e E 613239,564m; 32°36'01" e 327,023m ate o vértice AEG-P-0801, de coordenadas N 8350830,672m e E 613305,969m; 57°33'48" e 458,722m ate o vértice AEG-P-0802, de coordenadas N 8351287,361m e E 6133495,112m; 105°14'47" e 296,119m ate o vértice AEG-P-0803, de coordenadas N 8351578,272m e E 613404,938m; 33°31'26" e 892,441m ate o vértice AEG-P-0804, de coordenadas N 8352346,546m e E 613439,139m; 23°35'16" e 114,000m ate o vértice AEG-M-1096, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas no Sistema Geodônico Brasileiro, a partir das coordenadas N 8352495,270m e E 613810,550m, e encontram-se representadas no Sistema UTM referenciadas ao Meridiano Central n° 45°00'00"000000" WGr, tendo como DATUM o WGS-84. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Decreto NE nº 687, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

Abre crédito suplementar no valor de R\$774.505.451,01.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 22.943, de 12 de janeiro de 2018 e no § 1º do art. 18 da Lei nº 22.626, de 28 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$774.505.451,01 (setecentos e setenta e quatro milhões quinhentos e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e um centavo), indicado no Anexo, operando no mesmo valor o limite estabelecido no art. 9º da Lei nº 22.943, de 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

1 – das ações e das doações orçamentárias indicadas no Anexo;

2 – do excesso de arrecadação da Receita de Recursos Constitucionalmente Vinculados aos Municípios, no valor de R\$2.200.000,00 (duzentos milhões de reais);

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 27 de dezembro de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO
(a que se referem os arts. 1º e 2º do Decreto NE nº 687, de 27 de dezembro de 2018)
(Registrado no Sinf/MG sob o número 140)

SUPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE

O ART. 1º DESTE DECRETO:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

R\$
1.350.000,00
573.419,27
5.000,00
3.894.406,93
566.904,00
19.861.350,34
6.206.297,00
142.291,63

1261.12122123-2.078-0001-3390-1-21.1

1261.12122701-2.001-0001-3190-0-10.1

1261.12122701-2.001-0001-3390-0-21.1

1261.12122701-2.002-0001-3190-0-10.1

1261.12122701-2.002-0001-3390-0-21.1

1261.12122701-2.085-0001-3190-0-10.1

1261.12122701-2.085-0001-3390-0-21.1

1261.12122701-2.187-0001-3190-0-10.1

1.2. Memorial descritivo da aldeia Gerú Tucunã

MEMORIAL DESCRIPTIVO

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Gerú Tucunã Pataxó

Proprietário: Estado de Minas Gerais

UF: MG

Município: Açucena

Área: 2316,40 hectares

Perímetro: 33.613,74 m

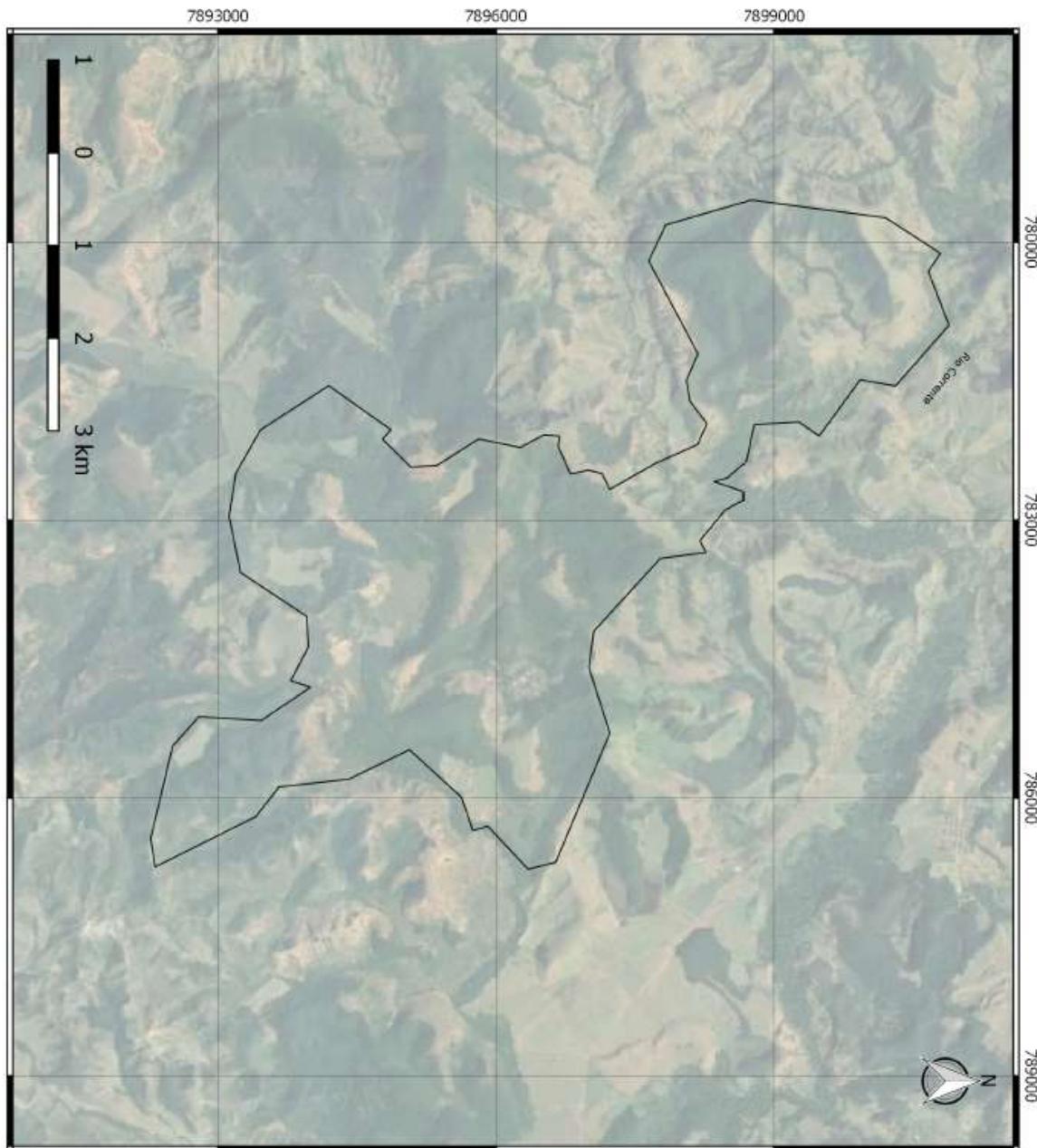
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice GTP 01, de coordenadas N 7900797,89 m e E 780120,20 m; situado na margem do Rio Corrente; deste, segue a montante por 4.200,00 metros; até o vértice GTP 02, de coordenadas N 7898474,80 m e E 782890,55 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:129°18'13,98'' e 427,22; até o vértice GTP 03 , de coordenadas N 7898204,18 m e E 783221,13 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:63°16'59,92'' e 143,12; até o vértice GTP 04, de coordenadas N 7898268,53 m e E 783348,98 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:172°40'36,45'' e 495,16; até o vértice GTP 05, de coordenadas N 7897777,41 m e E 783412,09 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:132°27'19,65'' e 1068,51; até o vértice GTP 06, de coordenadas N 7897056,15 m e E 784200,44 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:97°19'27,98'' e 396,92; até o vértice GTP 07, de coordenadas N 7897005,54 m e E 784594,12 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:72°16'8,91'' e 739,72; até o vértice GTP 08, de coordenadas N 7897230,82 m e E 785298,70 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:112°45'34,41'' e 1510,83; até o vértice GTP 09, de coordenadas N 7896646,33 m e E 786691,90 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:165°38'7,87'' e 307,78; até o vértice GTP 10, de coordenadas N 7896348,17 m e E 786768,26 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:226°56'3,47'' e 637,94; até o vértice GTP 11, de coordenadas N 7895912,56 m e E 786302,19 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:163°01'24,31'' e 168,97; até o vértice GTP 12, de coordenadas N 7895750,95 m e E 786351,53 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:251°15'22,83'' e 378,50; até o vértice GTP 13, de coordenadas N 7895629,33 m e E 785993,10 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:222°25'29,01'' e 762,38; até o vértice GTP 14, de coordenadas N 7895066,57 m e E 785478,79 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:154°06'20,66'' e 726,90; até o vértice GTP 15, de coordenadas N 7894412,65 m e E 785796,23 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:173°36'23,96'' e 758,17; até o vértice GTP 16, de coordenadas N 7893659,19 m e E 785880,66 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:128°08'22,56'' e 408,37; até o vértice GTP 17, de coordenadas N 7893406,99 m e E 786201,85 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:153°31'36,70'' e 1213,25; até o vértice GTP 18, de coordenadas N 7892320,95 m e E 786742,69 m;

deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $261^{\circ}03'51,81''$ e 309,38; até o vértice GTP 19, de coordenadas N 7892272,90 m e E 786437,06 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $283^{\circ}20'21,63''$ e 1026,20; até o vértice GTP 20, de coordenadas N 7892509,66 m e E 785438,54 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $311^{\circ}57'7,54''$ e 426,38; até o vértice GTP 21, de coordenadas N 7892794,70 m e E 785121,44 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $3^{\circ}29'10,80''$ e 672,89; até o vértice GTP 22, de coordenadas N 7893466,35 m e E 785162,36 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $326^{\circ}11'55,53''$ e 455,54; até o vértice GTP 23, de coordenadas N 7893844,89 m e E 784908,94 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $325^{\circ}43'11,50''$ e 189,68; até o vértice GTP 24, de coordenadas N 7894001,62 m e E 784802,10 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $197^{\circ}10'3,12''$ e 226,40; até o vértice GTP 25, de coordenadas N 7893785,30 m e E 784735,28 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $297^{\circ}26'28,66''$ e 416,34; até o vértice GTP 26, de coordenadas N 7893977,17 m e E 784365,78 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $266^{\circ}51'14,94''$ e 326,42; até o vértice GTP 27, de coordenadas N 7893959,26 m e E 784039,86 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $213^{\circ}35'57,49''$ e 859,29; até o vértice GTP 28, de coordenadas N 7893243,53 m e E 783564,34 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $258^{\circ}23'50,68''$ e 618,70; até o vértice GTP 29, de coordenadas N 7893119,09 m e E 782958,28 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $279^{\circ}07'11,32''$ e 472,08; até o vértice GTP 30, de coordenadas N 7893193,92 m e E 782492,16 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $299^{\circ}36'53,94''$ e 537,85; até o vértice GTP 31, de coordenadas N 7893459,71 m e E 782024,57 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $327^{\circ}05'17,09''$ e 876,56; até o vértice GTP 32, de coordenadas N 7894195,59 m e E 781548,29 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $35^{\circ}20'1,56''$ e 824,79; até o vértice GTP 33, de coordenadas N 7894868,45 m e E 782025,30 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $132^{\circ}41'31,51''$ e 136,63; até o vértice GTP 34, de coordenadas N 7894775,81 m e E 782125,72 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $44^{\circ}41'58,80''$ e 426,95; até o vértice GTP 35, de coordenadas N 7895079,29 m e E 782426,04 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $356^{\circ}42'43,74''$ e 285,43; até o vértice GTP 36, de coordenadas N 7895364,24 m e E 782409,67 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $327^{\circ}32'48,96''$ e 533,83; até o vértice GTP 37, de coordenadas N 7895814,71 m e E 782123,21 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $11^{\circ}41'23,64''$ e 456,43; até o vértice GTP 38, de coordenadas N 7896261,67 m e E 782215,69 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $332^{\circ}07'16,28''$ e 292,56; até o vértice GTP 39, de coordenadas N 7896520,28 m e E 782078,88 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância: $4^{\circ}30'22,25''$ e 169,03; até o vértice GTP 40, de coordenadas N 7896688,79 m e E 782092,16 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e

distância:99°10'42,58'' e 109,72; até o vértice GTP 41, de coordenadas N 7896671,29 m e E 782200,47 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:66°05'2,69'' e 331,67; até o vértice GTP 42, de coordenadas N 7896805,74 m e E 782503,67 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:346°59'15,79'' e 198,39; até o vértice GTP 43, de coordenadas N 7896999,04 m e E 782459,00 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:14°22'1,40'' e 151,14; até o vértice GTP 44, de coordenadas N 7897145,45 m e E 782496,50 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:63°40'13,60'' e 190,52; até o vértice GTP 45, de coordenadas N 7897229,96 m e E 782667,25 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:330°25'8,79'' e 564,93; até o vértice GTP 46, de coordenadas N 7897721,25 m e E 782388,37 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:335°51'5,06'' e 500,99; até o vértice GTP 47, de coordenadas N 7898178,41 m e E 782183,42 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:294°10'20,02'' e 245,17; até o vértice GTP 48, de coordenadas N 7898278,80 m e E 781959,74 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:233°12'41,81'' e 305,63; até o vértice GTP 49, de coordenadas N 7898095,77 m e E 781714,98 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:260°13'45,58'' e 225,32; até o vértice GTP 50 de coordenadas N 7898057,53 m e E 781492,93 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:293°24'36,02'' e 314,43; até o vértice GTP 51, de coordenadas N 7898182,46 m e E 781204,38 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:242°02'34,56'' e 1135,37; até o vértice GTP 52, de coordenadas N 7897650,18 m e E 780201,51 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:295°14'32,15'' e 428,52; até o vértice GTP 53, de coordenadas N 7897832,92 m e E 779813,90 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:343°43'46,99'' e 963,19; até o vértice GTP 54, de coordenadas N 7898757,54 m e E 779544,05 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:7°32'44,47'' e 1462,24; até o vértice GTP 55, de coordenadas N 7900207,12 m e E 779736,06 m; deste, segue, com os seguintes azimute plano e distância:33°02'1,52'' e 704,67; até o vértice GTP 01 encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central-45, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Belo Horizonte, 13/03/2021

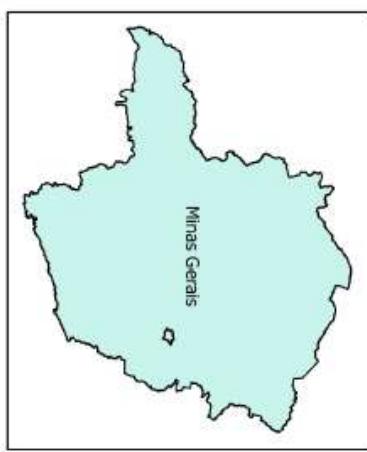
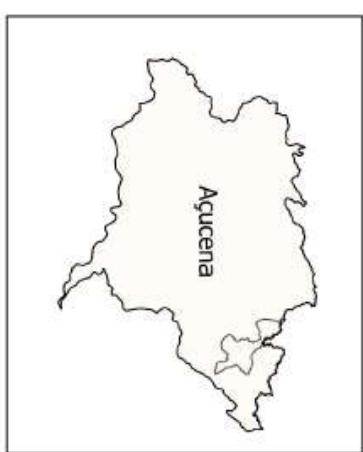
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GERÚ TUCUNÃ PATAXÓ



Coordenadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central-45, DATUM SIRGAS 2000

GOVERNO DE ESTADO DE MINAS GERAIS
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL GERÚ TUCUNÃ PATAXÓ

Área: 2.316,40 ha
Perímetro: Perímetro: 33.613,74 m
Município: Aqucena - MG



1.3. Reportagem 1

Indígenas Pataxó, da Aldeia Gerú Tucunã, sofrem ameaças e ataques

Combate Racismo Ambiental - <http://racismoambiental.net.br> - 23/01/2014

Este texto é um pequeno resumo sobre a situação da Aldeia Gerú Tucunã, no Município de Açuca, região leste de Minas Gerais, onde uma comunidade indígena da etnia Pataxó está vivendo situações de tensão e de iminente conflito em decorrência do impasse que está ocorrendo pela indefinição de território onde vivem hoje.

Os indígenas Pataxó que vivem hoje na Aldeia Gerú Tucunã, Município de Açuca, são originários da Terra Indígena Barra Velha, no extremo sul da Bahia. Saíram da região em decorrência da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, onde houve um grande conflito em 1951, chamado de "Fogo de 51". Esse conflito chacinou vários indígenas e acarretou dispersão dos grupos Pataxó para outras regiões. Minas Gerais recebeu um grupo que se fixou na década de setenta na Fazenda Guarani, Município de Carmésia - MG, que funcionava como prisão indígena. Além dos Pataxó, outras famílias indígenas de etnias diferentes como os Krenak, Tupiniquim, Guarani, entre outras foram encaminhadas pelo estado Brasileiro para o local. No início da década de oitenta, os Pataxó começaram a lutar pela regularização da Fazenda Guarani que ocorreu em 1988.

A população foi aumentando com a chegada de novas famílias vinda da Bahia e um grande incêndio na Terra indígena em 2002 impactou bastante o meio ambiente e a produção agrícola da Aldeia. Todo este cenário fez com que alguns grupos Pataxó se dispersassem e migrassem para outros locais. O grupo denominado Alto das Posses que hoje se chama Gerú Tucunã viveu este processo.

O cacique da Aldeia, denominada Alto das Posses, Baiara Pataxó, procurou diversos locais para construir uma nova Aldeia. Ele e seus familiares tentaram juntamente com outros parceiros durante anos encontrarem um local apropriado para as famílias Pataxó. O Instituto Estadual de Floresta ofereceu um território dentro do Parque estadual Rio Correntes, que havia sido repassado ao estado pela empresa APERAN, empresa siderúrgica, em decorrência de um passivo ambiental. A região é bastante antropofizada com fazendas e pequenos posseiros. O objetivo do IEF é justamente a recuperação do ambiente degradado e a preservação do que ainda resta de mata Atlântica e sua biodiversidade. Os indígenas que possuem um uso sustentável do território é que faz este papel.

No dia 23 de julho de 2010, as famílias Pataxó ocuparam o parque e deu início a construção da Aldeia Gerú Tucunã. Hoje as famílias produzem diversos alimentos e constituíram uma agroflorestal. O meio ambiente muito degradado por decorrência de seguidos incêndios e desmatamentos constantes pelos posseiros que estão dentro do Parque.

A situação das famílias Pataxó depois da instalação no local tem se complicado em decorrência da mudança dos gestores/diretoria do IEF que não encaminharam alguma solução para regularizar a questão do Parque Rio Corrente e da Aldeia Gerú Tucunã. Enquanto não se resolve a situação, os indígenas têm muita dificuldade em acessar os projetos do Estado e as instalações públicas.

Hoje na Aldeia não há saneamento básico, o que tem causado várias enfermidades na população. Não há posto de saúde na aldeia e o acesso é muito ruim e fica pior ainda em período chuvoso. Existe uma escola na aldeia, que funciona até os anos iniciais do ensino fundamental, o que fortalece o ensino da cultura, mas o local não é apropriado, pois o prédio que funciona a escola é precário.

Um dos maiores problemas da comunidade é a impossibilidade, até que se resolva o impasse da terra, em instalar energia elétrica. Na legislação, a empresa de energia - CEMIG - não pode instalar a energia na aldeia por ela estar dentro do Parque. Só que os posseiros que estão dentro do parque instalaram luz elétrica e para a comunidade foi negado o pedido.

No dia 25/11/2013 houve no MPF em Belo Horizonte uma grande reunião motivada pelo Cacique Baiara e pelo MPF de Ipatinga. Estiveram presentes as lideranças indígenas, o MPF de BH, o MPF de Ipatinga, a FUNAI MG-ES, representantes da empresa APERAN, representantes da Prefeitura de Açucena, a CEMIG, o CIMI e o IEF.

Nesta reunião ficou acordado que o IEF iria fiscalizar os crimes ambientais que foram denunciados pelos indígenas que estão sendo cometidos pelos posseiros dentro do parque. As denúncias vão da criação de gado e búfalos, de incêndios e desmatamento e até de ameaças de violência aos Pataxó. O IEF deu um prazo até o mês de março de 2014, onde acredita que já tenha um diagnóstico do parque para poder tomar as ações necessárias e resolver os problemas. A CEMIG irá esperar a decisão do IEF para poder instalar a luz elétrica, pois com o parque decretado, o Estado não pode realizar nenhum investimento na área. A grande pendência do território é que a APERAN e o IEF não resolveram a situação do parque ou da doação da terra.

Contudo, a comunidade tem recebido ameaça constantemente de pessoas estranhas no entorno da Aldeia. No mês de janeiro de 2014 as ameaças se consumaram em um atentado a tiros de arma de fogo contra o indígena Edmar Braz da Conceição que estava pescando. Os disparos foram feitos por indivíduos de dentro de um veículo. Felizmente nenhuma bala atingiu Edmar que fugiu do local. Nos dias seguintes, várias pessoas apareceram em motos perguntando sobre o cacique. Uma das pessoas foi reconhecida pelos indígenas como sendo um funcionário de um posseiro vizinho à aldeia Gerú Tucunã.

Esta situação não pode continuar desta forma, sendo necessária a rápida apuração das ocorrências e a definição do território onde vivem os indígenas Pataxó da Aldeia Gerú Tucunã.

<http://racismoambiental.net.br/2014/01/mg-indigenas-pataxo-da-aldeia-gerú-tucuna-sofrem-ameacas-e-ataques/>

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/135923>

1.4. Reportagem 2

Conflito entre indígenas e posseiros é tema de audiência

Assembleia Legislativa de Minas Gerais almg.gov.br - 25/08/2017

Conflitos entre posseiros e moradores da aldeia Pataxó Gerú Tucunã, localizada no Parque Estadual do Rio Corrente, em Açuçena (Região do Rio Doce), será tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A reunião, solicitada pelo presidente da comissão, deputado Cristiano Silveira, (PT), será na próxima quarta-feira (30/8/17), às 9h30, no Auditório.

Conforme informações do gabinete de Cristiano Silveira, a tribo tem hoje 70 integrantes, de 23 famílias. Segundo o cacique Baiara, o parque, que tem área de aproximadamente 5 mil hectares, está em situação de abandono. A degradação tem sido agravada em função da criação irregular de gado e de búfalos, por posseiros que ocupam terras do parque.

Os indígenas querem regularizar a permanência da tribo no local. Para isso, eles pedem que o Estado altere a destinação do território do parque, de reserva ambiental para indígena ou sustentável.

"Com essa mudança, teremos a segurança de realizar nossas atividades econômicas. Queremos fazer o plantio da nossa agricultura de subsistência e também produzir o suficiente para comercialização na região. Além disso, queremos instalar um viveiro de mudas nativas para que nossa tribo possa fazer o reflorestamento do parque e a preservação das nascentes", explica o cacique.

Cristiano Silveira explica que o objetivo da audiência pública é discutir com o Estado a possibilidade de atender as reivindicações da comunidade Pataxó de Açuçena. "Temos discutido na comissão os direitos dos povos tradicionais, como quilombolas e geraizeiros, e o governo tem dado atenção especial a essas demandas. Nessa audiência, queremos ter acesso a mais informações sobre a situação do parque para que possamos resolver, de forma pacífica, o conflito em relação a essas terras", explica o deputado.

Convidados - Além do cacique Baiara, foram convidados para a reunião três secretários de Estado: de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Jairo José Isaac; e de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo.

Entre outras autoridades, também foram convidados o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Thiago Henrique Fiorott; o diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (IEF), João Paulo Mello Rodrigues Sarmento, e a prefeita de Açuçena, Darcira de Souza Pereira.

https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/08/25_release_conflito_acucena.html

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/181676>

Anexo 2: Imagens de Gerú Tucunã



Figura 1 – Croqui da Aldeia Gerú Tucunã. Fonte: arquivo próprio.



Figura 2 – Cabaninha do segredo. Fonte: arquivo próprio.



Figura 3 – A festa das águas, que comemoramos no dia 5 de outubro. Fonte: internet.



Figura 4 - Na aldeia temos uma variedade de artesanato que é um dos meios de sobrevivência da aldeia. Fonte: internet



Figura 5 – Escola Estadual Indígena Uará Pataxó, construída com um projeto da Itália. Fonte: arquivo próprio.



Figura 6 - Trabalhamos a conscientização da preservação da natureza. Fonte: internet



Figura 7 - O espaço sagrado da Aldeia Gerú Tucunã, onde acontece os rituais, a festa Awê Heruwê, o cartão postal da aldeia. Fonte: internet



Figura 8 – Horta medicinal. Fonte: arquivo próprio.



Figura 9 – Viveiro em construção. Fonte: arquivo próprio.



Figura 10 – Polo base da aldeia. Fonte: arquivo próprio.